



**SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO - SRHS
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA**
CNPJ - 09.769.035/0001-64 - NIRE. 26300040271
www.compresa.com.br



**GOVERNO DE
PERNAMBUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

RELATÓRIO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade apresenta, de maneira clara, o papel da Compesa na melhoria da saúde pública, qualidade de vida e cidadania em Pernambuco, reiterando seu compromisso com os stakeholders e em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e as diretrizes do marco regulatório do saneamento.

Alinhadas aos princípios ESG, o documento inclui as principais estratégias desenvolvidas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, destacando-se a performance financeira em conformidade com as práticas contábeis nacionais, realizada por auditoria externa da BDO Brasil, além de aspectos socioambientais, de governança corporativa, relacionamento com clientes, recursos humanos, investimentos, estratégias de abastecimento de água e esgoto e os resultados de indicadores e metas do período.

Em observância às diretrizes da Lei das Estatais - Lei Federal nº 13.303/2016, o relatório está acessível nos canais de comunicação da empresa, disponíveis para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compresa.com.br/governanca>.

A divulgação deste relatório fortalece a comunicação entre a Compesa e seus diversos públicos, evidenciando a sua responsabilidade em alcançar excelência na prestação de serviços, assegurando a sustentabilidade do negócio no mercado.

Fundada em 29 de julho de 1971, através da Lei 6.307/71, a Compesa tem como principal objetivo oferecer serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, visando promover o bem-estar e a qualidade de vida dos clientes. Presente em quase todo o estado de Pernambuco, desde áreas urbanas até rurais, a empresa abrange uma vasta extensão geográfica, servindo a 172 municípios e o distrito de Fernando de Noronha.

Enfrentando desafios contínuos e crescentes, a Companhia busca constantemente melhorar seus serviços e cumprir, até 2033, as metas estabelecidas pela Lei, que aborda questões como perdas, intermitência, qualidade da água e universalização dos serviços de água e esgoto.

A trajetória da Compesa não apenas evidencia sua evolução como provedora de serviços de saneamento, mas também sua capacidade de se adaptar às mudanças e seu compromisso contínuo com a melhoria da qualidade de vida dos pernambucanos.

Para crescer de maneira sustentável, os processos de gestão e governança corporativa são fundamentais para o desenvolvimento da Companhia e para atender às demandas da sociedade. Através desses processos, busca-se manter o equilíbrio com sua identidade organizacional, cumprindo rigorosamente a legislação vigente e implementando mecanismos eficazes de orientação, direção e controle das atividades, promovendo uma cultura de conformidade legal e atendimento às diretrizes do saneamento.

Neste cenário, o planejamento estratégico para o período de 2023-2027 foi concebido com base na formulação de políticas destinadas a atender às demandas da sociedade, incluindo a revisão de procedimentos e a adoção de modernas e eficazes ferramentas de gestão. Além disso, em conformidade com as exigências do Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020) e outras adaptações legislativas do setor, o planejamento levou em conta a complexidade e os desafios enfrentados para alcançar a universalização dos serviços.

Em paralelo, para cumprir o requisito legal de comprovação da capacidade econômico-financeira, a Compesa estabeleceu índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros e apresentou o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), juntamente com o plano de captação de recursos. Com

o intuito de conduzir a implementação da estratégia de maneira a maximizar a utilização dos recursos e garantir o cumprimento das metas estabelecidas, a Compesa elaborou seu planejamento tático, com foco prioritário em seu core business: prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Isso envolveu o fortalecimento das diretorias de operação, incluindo a revisão de procedimentos, a reestruturação de recursos e a otimização de contratos de serviços. Como resultado, o Plano Tático foi subdividido em seis Programas Estratégicos, com o objetivo de atingir as projeções do estudo de viabilidade e cumprir as metas estabelecidas no contexto legal do saneamento.

Economicamente, o ano de 2023 representou um desafio significativo para a Companhia, uma vez que, apesar do reajuste das tarifas de água e esgoto em 11,21%, não foi possível compensar o aumento dos custos dos insumos e os encargos financeiros decorrentes das novas captações de recursos para atender ao plano de investimentos, o que resultou em um desempenho econômico semelhante ao exercício anterior, com uma margem EBITDA de 13,8%, comparada aos 11,6% registrados em 2022. Em 2023, a Companhia registrou uma arrecadação de cerca de R\$ 2,125 bilhões, refletindo um aumento de 9,6% em relação ao montante de R\$ 1,938 bilhão alcançado em 2022, representando um acréscimo de R\$ 186,7 milhões no período. Este crescimento na receita é atribuído às diversas iniciativas para fortalecer as ferramentas de cobrança.

A incorporação dos princípios e práticas de ESG (ambientais, sociais e de governança) tem ganhado espaço significativo em todo o mundo e também no setor de saneamento. Consciente da importância desse tema, a Compesa inclui em suas atividades estratégicas e cotidianas o compromisso com tais práticas, reforçando sua responsabilidade com a implementação de uma cultura voltada para o ESG e alinhada com sua visão de futuro de se tornar uma referência regional na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, orientada pelos pilares da inovação e sustentabilidade. Na dimensão social, destaca-se a realização de 4.192 atividades sociais, que impactaram mais de 96 mil pessoas.

Ainda no contexto ESG, em 2023, o museu lançou uma exposição, com concepção e produção próprias, sob a temática Água e Meio Ambiente intitulada "Águas Literárias", promoveu também uma intervenção artística "Planeta no Limite" convocando os visitantes a refletirem e agirem ativamente para preservação dos recursos naturais. Além disso, neste ano, foram desenvolvidas 230 ações com 169 instituições, beneficiando mais de 7.100 pessoas.

No âmbito do desenvolvimento do capital humano, a estratégia da empresa está direcionada para reforçar o ambiente organizacional, visando concretizar a visão empresarial. Nesse sentido, é crucial manter uma equipe engajada e bem treinada para assegurar o êxito do negócio, além de cultivar um ambiente de trabalho que estimule o desenvolvimento das habilidades individuais e em grupo. Em 2023, mais de 2 mil colaboradores foram capacitados, totalizando quase 30 mil horas de treinamento.

Outra iniciativa de destaque é a gestão energética, que visa reduzir os custos com as faturas de energia e encontrar soluções para uma matriz energética mais sustentável. Em 2022, a assinatura do contrato da Parceria Público-Privada de energia foi um passo significativo, prevendo a construção de usinas solares com capacidade de 135 MW, distribuídas entre os municípios de Flores e São Caetano. Este contrato, com duração de 29 anos, receberá um investimento de R\$ 453 milhões por parte do parceiro privado. Nos primeiros quatro anos da concessão, o fornecimento de energia será realizado através do mercado livre de energia, onde os custos são geralmente mais baixos. Ao longo do contrato, a economia total para

a Companhia está estimada em R\$ 1.048 bilhão. Com isso, a Compesa se tornará uma das principais produtoras de energia de Pernambuco. A migração ao mercado livre de energia (ACL) começou em junho de 2023 para unidades da Compesa beneficiadas pela PPP. Também no mesmo ano, uma licitação foi realizada para a compra de energia limpa no ACL para outras 20 unidades. Essas 40 unidades que migraram para o ACL em 2023 representam cerca de 30% do consumo total de energia da Compesa, resultando em uma economia de aproximadamente R\$ 10,6 milhões naquele ano.

Dentro do contexto da sustentabilidade, é crucial destacar a adoção de energia limpa, proveniente de fontes ambientalmente menos impactantes, como a energia solar, que contribui para a redução das emissões de dióxido de carbono (CO2), um dos principais gases responsáveis pelo efeito estufa. Por exemplo, a implantação da usina solar através da PPP de Geração de Energia resultará em uma geração anual de 320 GWh/ano, equivalente ao consumo de energia de 175 mil residências de médio porte.

No campo da inovação, em 2023, a Compesa integrou 10 projetos inovadores ao seu portfólio. Além disso, estabeleceu parcerias com várias entidades e instituições para submeter propostas de projetos, incluindo o edital do BNB para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias Renováveis, e outros projetos promovidos pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovações.

Nos últimos cinco anos, a Companhia demonstrou sua capacidade de execução, investindo mais de R\$ 4 bilhões. Para o ano de 2024, está previsto um investimento de R\$ 1,5 bilhão, proveniente de recursos dos Governos Federal e Estadual, Parcerias Público-Privadas e financiamentos próprios por meio de operações de crédito. Esses recursos serão destinados a obras de expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado.

Para 2024, está em processo de assinatura de contrato a operação de crédito para financiar o PEX/PE, que investirá o montante de R\$ 1,1 bilhão (US\$ 202 milhões) ao longo dos próximos cinco anos. Esse financiamento será celebrado com o New Development Bank para investimentos em diversos municípios pernambucanos. Além disso, a Companhia planeja investir R\$ 113 milhões com recursos próprios, a serem captados junto ao Banco do Nordeste, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à melhoria e eficiência operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O aumento da participação do setor privado no setor de saneamento levou o Governo do Estado a contratar o BNDES para estudar alternativas de modelagem para ampliar o aporte de recursos privados, visando atingir as metas de universalização do marco regulatório. Para alcançar essas metas, são necessários investimentos da ordem de R\$ 21,5 bilhões (de 2021 a 2033), conforme o plano de investimentos aprovado pela Agência de Regulação de Pernambuco.

Em resumo, pode-se considerar que mesmo em um cenário desafiador, interna e externamente, no ano de 2023 a empresa obteve um desempenho sólido, com crescimento na receita, lucro e arrecadação, priorizando eficiência, sustentabilidade e qualidade de serviço, bem como a implantação de estratégias que visam melhorar a prestação do serviço e por conseguinte, a melhoria da satisfação e percepção do cliente em relação à Compesa, aproximando-se cada vez mais da universalização dos serviços.

Em atendimento à Lei das Estatais - Lei Federal nº 13.303/2016, o relatório está acessível nos canais de comunicação da empresa, disponíveis para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compresa.com.br/governanca>.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elencitativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 PE 001269/F-8

Leonardo da Silva Vilar Gomes

Contador CRC 1 PE 021026/O-6

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	248.579	125.595
Contas a receber de clientes	6	898.877	808.211
Estoques	7	10.337	19.997
Ativo fiscal corrente	8	61.412	40.515
Convênios e outros investimentos	9	35.015	30.503
Outros créditos a receber	10	2.697	8.336
Despesas antecipadas		98	98
Total do ativo circulante		1.257.015	1.033.255
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de clientes	6	23.335	22.704
Ativo fiscal diferido	8	24.183	20.500
Convênios e outros investimentos	9	147.573	148.287
Depósitos judiciais	21	89.569	71.514
Ativo de Contratos	11	278.815	348.168
		563.475	611.173
Imobilizado	12	157.427	61.158
Intangível	13	9.446.083	9.039.953
Total do ativo não circulante		10.166.985	9.712.284
TOTAL DO ATIVO		11.424.000	10.745.539
Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Arrendamento Mercantil	15	22.343	15.120
Empréstimos e financiamentos	16.a	168.455	115.411
Fornecedores	17	226.297	197.188
Depósitos e retenções contratuais		454	635
Passivo fiscal - corrente	18	38.228	28.538
Passivo fiscal - diferido	18	7.649	7.649
Consignações a recolher		5.892	6.597
Salários e encargos sociais a pagar	19	50.974	46.486
Juros sobre capital próprio a pagar	23	20.047	15.705
Outras contas a pagar	20	74.674	38.102
Total do passivo circulante		615.013	471.431
Não circulante			
Arrendamento Mercantil	15	1.618	1.869
Empréstimos e financiamentos	16.a	545.081	512.818
Provisões e passivos contingentes	21	98.949	68.803
Passivo fiscal - corrente	18	298	298
Passivo fiscal - diferido	18	67.946	56.081
Outras contas a pagar	20	1.700.860	1.581.340
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	23	160.472	145.004
Benefício a empregados	22	329.869	269.362
Total do passivo não circulante		2.905.093	2.635.575
TOTAL DO PASSIVO		3.520.106	3.107.006
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	7.472.434	6.982.772
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.b	231.707	445.930
Ajustes de avaliação patrimonial		(54.085)	(16.840)
Reservas de Lucros		253.838	226.671
Lucros/Prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		7.903.894	7.638.533
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.424.000	10.745.539

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita Líquida	25	2.822.432	3.059.820
Custo dos serviços prestados	26	(2.000.977)	(2.424.899)
Lucro bruto		821.455	634.921
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	27.a	(276.141)	(191.234)
Administrativas	27.b	(332.356)	(287.882)
Tributárias	27.c	(16.657)	(14.312)
Outras receitas (despesas), líquidas	27.d	8.454	6.009
		(616.700)	(487.419)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		204.755	147.502
Receitas financeiras	28	68.423	67.924
Despesas financeiras	28	(159.448)	(127.053)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	(91.025)	(59.129)
Resultado antes dos impostos		113.730	88.373
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(11.155)	(9.047)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(11.866)	(9.670)
Lucro líquido do exercício		90.709	69.656
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,45	0,37

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	90.709	69.656
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	(42.877)	(5.734)
Variação líquida do valor justo de investimentos	209	(6.814)
Resultado abrangente total	48.041	57.108

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	90.709	69.656
Ajustes por:		
Depreciação	25.388	20.298
Amortização	92.105	73.188
Variação despesas financeiras	85.962	58.121
Perdas por crédito não liquidado	203.668	107.146
Ajuste a valor presente	574	1.707
Ajuste imobilizado e intangível	566	(48)
Receitas e despesas de aplicações	944	13.136
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	30.413	2.607
Ganhos e perdas atuariais	19.347	23.664
Ajuste de estoque	1.323	(1.897)
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(150.546)	(130.837)
Tributos Diferidos	11.866	9.526
	412.319	246.267
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(295.539)	(230.869)
Estoques	63.432	8.582
Tributos a recuperar e diferidos	(20.898)	7
Convênios e outros investimentos	7.109	7.110
Outros créditos a receber	5.640	(4.138)
Despesa antecipada	-	12
Depósitos judiciais	(18.055)	(4.962)
Fornecedores	29.110	35.368
Depósitos e retenções contratuais	(182)	146
Tributos a recolher	9.690	(2.428)
Consignações a recolher	(706)	581
Salários e encargos sociais a pagar	(7.134)	(11.052)
Outras contas a pagar	41.026	9.743
Provisões para contingências	(266)	733
Benefícios a empregados	-	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	225.546	55.100
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Outros Investimentos - aplicações financeiras	-	3.942
Ativo Imobilizado	(93.185)	(36.207)
Ativo de contratos e Intangível	(247.399)	(715.802)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(340.584)	(748.067)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	219.600	311.980
Amortização de empréstimos e financiamentos	(115.605)	(63.416)
Amortização de debêntures	-	(18.035)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(97.680)	(69.177)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(73)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	231.707	445.930
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	238.022	607.209
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	122.984	(85.758)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	125.595	211.353
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	248.579	125.595
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	122.984	(85.758)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)
Nota	24	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais							

<tbl_r cells="10" ix="

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Contexto Operacional

Atualmente, a Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluído nesses o distrito de Fernando de Noronha. O prazo de validade definido para os contratos em vigor é até 31 de dezembro de 2050.

Do total de 173 concessões municipais operadas, 13 estão sendo executadas por meio Contrato de Prestação Regionalizada (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, São Vicente Ferrer, Tamandaré).

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculado:

	Quantidade de Contratos	Faturamento 31/12/2023(*)	%
Microrregião Sertão	24	250.801	10,38%
Até 31/12/2050	23	249.503	10,33%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2023	1	1.298	0,05%
Microrregião RMR-Pajeú	149	2.164.988	89,62%
RMR - Até 31/12/2050	14	1.328.207	54,98%
Outros - Até 31/12/2050	123	638.494	26,43%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2033	12	198.287	8,21%
TOTAL	173	2.415.789	100%

(*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 24).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Conforme orientações emanadas pelo Comitê Internacional de Políticas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explanativa 3 das Demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com “Covenants”: Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Esclarece aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 21 – Ausência de Conversibilidade: Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e especifica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1 Gestão do Risco Operacional

O negócio da Companhia refere-se basicamente à prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário. Para este é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente. Já para o serviço de abastecimento de água é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera.

Os contratos de prestação de serviços que a Compesa mantinha com os Municípios possuíam prazos e formatos diversos e foram submetidos a um processo de revisão e aditamento de seus termos em virtude das novas determinações impostas pela reforma do Marco Regulatório do Saneamento, a partir da edição da Lei Federal nº 14.026/2020

que estabelece, entre outras alterações, a formalização contratual de metas progressivas e graduais de redução de perdas, de redução de intermitência no abastecimento, de eficienciamento energético, de qualidade e de universalização dos serviços de água e de esgotamento sanitário que deverão atingir o patamar de 99% e 90%, respectivamente, até o ano de 2033.

Desta forma, com o fio de alinhar-se ao Novo Marco, a Compesa firmou novos termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços e em vista da proteção do ato jurídico perfeito, a equação econômico-financeira foi reequilibrada, considerando a prestação regionalizada a que cada Município aderiu, mediante extensão de prazo, de forma a que a avença original teve a sua vigência ampliada até 31 de dezembro de 2050.

Os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência dos municípios, no caso de interesse local e Estado em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum. Diante do verificado, o titular, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/1995 art. 42 e alterações posteriores), deverá formular a política pública de saneamento conforme legislação específica.

Os contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato. A indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987/1995, facultado ao titular atribuir ao prestatário que assumirá o serviço a responsabilidade por seu pagamento.

Como forma de mitigação dos riscos aqui relatados, a Companhia contratou uma consultoria especializada responsável por propor soluções e consequente regularização jurídica dos contratos que apresentam fragilidades quanto a sua operação.

4.2 Risco de Crédito

Adém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAUDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Parcerias (DMP), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Em 2023, a Companhia deu continuidade às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com a COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a Compesa, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste resarcimento. Com o objetivo de mitigar esse risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (Compesa).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	248.579	125.595
Contas a receber de clientes	922.212	830.915
Créditos de convênios e outros investimentos	182.588	178.790
Outros créditos a receber	2.697	8.336
Total	1.356.076	1.143.636

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2023	31/12/2022
Não vencidos	729.136	570.425
Vencidos de 0 a 30 dias	83.198	69.975
Vencidos de 31 a 60 dias	42.313	35.049
Vencidos de 61 a 90 dias	33.434	28.794
Mais de 90 dias	467.995	439.393
Total	1.356.076	1.143.636

*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos Financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses
Empréstimos e financiamentos	713.536	713.536	75.507	92.950
Fornecedores	226.297	226.297	113.149	113.148
Outras contas a pagar e JCP (PNC)*	1.936.006	1.936.006	328	72.640
Consignações a recolher	5.892	5.892	5.892	-
Total	2.881.731	2.881.731	194.876	278.738

*PNC – Passivo Não Circulante

Passivos Financeiros não derivados

Passivos financeiros	1-2 anos	2-5 anos	mais que 5 anos
</tbl_header

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

a provisão incorrida é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos. As perdas por créditos não liquidados que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.

Composição dos valores do Contas a Receber:

	31/12/2023		
	Não Circulante	Circulante	Total
Particulares	1.767.366	-	1.767.366
Perdas por créditos não liquidados	(995.627)	-	(995.627)
Órgãos públicos	86.618	-	86.618
Outros Créditos (a)	7.767	-	7.767
	866.124	-	866.124

	31/12/2022		
	Não Circulante	Circulante	Total
Parcelamentos (b)	28.812	16.914	45.726
Financiamentos (c)	3.941	6.421	10.362
	32.753	23.335	56.088
Total	898.877	23.335	922.212

	31/12/2022		
	Não Circulante	Circulante	Total
Particulares	1.579.819	-	1.579.819
Perdas por créditos não liquidados	(875.220)	-	(875.220)
Órgãos públicos	76.420	-	76.420
Outros Créditos (a)	(3.941)	-	(3.941)
	777.078	-	777.078

	31/12/2022		
	Não Circulante	Circulante	Total
Parcelamentos (b)	27.343	15.787	43.130
Financiamentos (c)	3.790	6.917	10.707
	31.133	22.704	53.837
Total	808.211	22.704	830.915

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer:		
Faturas de água e esgoto	239.183	203.866
Parcelamentos (b)	45.727	43.131
Financiamentos (c)	10.362	10.707
	295.272	257.704
Vencidas:		
Até 30 dias	83.198	69.975
De 31 a 60 dias	42.313	35.049
De 61 a 90 dias	33.434	28.794
De 91 a 180 dias	88.172	76.240
Mais de 180 dias	379.823	363.153
	626.940	573.211
Total do circulante e não circulante	922.212	830.915

- a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;
- b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;
- c) Financiamentos decorrentes de resarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

Composição das restrições contratuais:

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil I (BB 40)	2.100	2.100
Banco do Brasil II (BB 18)	950	950
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	13.021
IN-14	55.581	52.370
IN-22	800	663
Banco ABC (ABC 82)	5.300	-
Banco Votorantim	7.000	-
	97.468	81.820

7. ESTOQUES**Política Contábil:**

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das demonstrações contábeis se existe a necessidade de reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Composição dos valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Material de operação e manutenção	5.573	6.394
Material de tratamento químico	4.317	13.168
Outros materiais	447	435
	10.337	19.997

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2023	31/12/2022
Total do Ativo Circulante (A)	1.257.015	1.033.255
Menos: Total dos Estoques (B)	(10.337)	(19.997)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	1.246.678	1.013.258
Total do Passivo Circulante (D)	615.013	471.431
Indicador de Liquidez Seca (C/D)	2,03	2,15

PUBLICIDADE LEGAL - DIGITAL

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/12/2023 esse valor corresponde a R\$ 1.246.678 (R\$ 1.013.258 em 31/12/2022). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 2,03 em 31/12/2023 (2,15 em 31/12/2022), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a aproximadamente o dobro de suas dívidas no mesmo período.

8. ATIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO**Política Contábil:**

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre lucros com relação a: diferenças temporárias dedutíveis; e compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados, observada a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

Composição dos valores:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Imposto de renda a recuperar	5.611	-	9.903	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	37.709	-	17.576	-
COFINS a recuperar	8.690	-	8.338	-
PIS a recuperar	2.203	-	2.053	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	6.387	-	1.833	-
	61.412	-	40.515	-
IRPJ	-	18.983	-	18.983
CSLL diferido (a)	-	5.200	-	1.517
	61.412	24.183	40.515	20.500

a) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

9. CONVÉNIOS E OUTROS INVESTIMENTOS**Política Contábil:**

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos, ou, ainda, os de

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Composição dos valores – Movimentação da Depreciação Imobilizado

	31/12/2023					
	Taxas (a.a.)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe- rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(21.247)	(2.924)	-	-	(24.171)
Computadores e periféricos	20	(19.762)	(1.259)	-	-	(21.021)
Telefonia e comunicação	20	(1.575)	(106)	-	-	(1.681)
Ferramentas de manutenção	20	(167)	(4)	-	-	(171)
Bens de segurança	20	(132)	(3)	-	-	(135)
Eletrodoméstico	10	(968)	(62)	-	-	(1.030)
Móveis e utensílios	10	(5.562)	(440)	-	-	(6.002)
Veículos	10	(1.024)	(264)	-	-	(1.288)
Edificações	2	(5.644)	(784)	-	-	(6.428)
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento		(52.440)	(21.499)	18.260	-	(55.669)
Total		(108.521)	(27.335)	18.260	-	(117.596)

13. INTANGÍVEL

Política Contábil:

Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos. De acordo com o ICPC 01, nesta modalidade de concessão, os ativos relativos à operação da concessão, sejam eles preexistentes ou posteriormente construídos, são contabilizados como intangíveis, os quais são mensurados pelo seu valor justo no momento inicial sendo, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

Contratos de concessões – PPP: A Compesa e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% até 2037. A operação da PPP teve início em julho de 2013.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem. Após esse período, os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

De janeiro a dezembro de 2023, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 11.683 (R\$ 12.596 de janeiro a dezembro de 2022).

Outros ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumulado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Composição dos valores – Intangível

	31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.264.179	(1.025.124)	7.239.055
Contratos de concessões - PPP	2.228.393	(59.846)	2.168.547
Direitos de uso de softwares	45.226	(6.745)	38.481
Total	10.537.798	(1.091.715)	9.446.083

31/12/2022

	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	8.032.699	(949.440)	7.083.259
Contratos de concessões - PPP	1.962.777	(43.885)	1.918.892
Direitos de uso de softwares	44.204	(6.402)	37.802
Total	10.039.680	(999.727)	9.039.953

Composição dos valores – Movimentação Intangível

	31/12/2023					
	Taxas (a.a.)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe- rência	Saldo final
Contratos de concessões						
Custo		8.032.699	214.713	(146)	16.913	8.264.179
Amortização	2%	(949.440)	(75.684)	-	-	(1.025.124)
		7.083.259	139.029	(146)	16.913	7.239.055
Contratos de concessões - PPP						
Custo		1.962.777	265.616	-	-	2.228.393
Amortização	2%	(43.885)	(15.961)	-	-	(59.846)
		1.918.892	249.655	-	-	1.918.892
Softwares - direitos de uso						
Custo		44.204	1.022	-	-	45.226
Amortização	10%	(6.402)	(343)	-	-	(6.745)
		37.802	679	-	-	38.481
		9.039.953	389.363	(146)	16.913	9.446.083

14. ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Política Contábil:

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa

futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para o cálculo da irrecuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/12/2023 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2022 e, portanto, não existem perdas por irrecuperabilidade a serem contabilizadas.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política Contábil:

Passivos de Arrendamento: Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato.

Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

Ativos de Arrendamento: Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

Composição dos valores – Ativo de Arrendamento

	31/12/2023						
	Ativo	Não Circulante					
	Arrendamento Mercantil	Saldo Inicial	Adição	Contrato Finalizado	Depreciação (-)	Atualização	Saldo Final
Ativo	69.429	26.264	(16.245)	-	-	249	79.697
Depreciação	(52.440)	-	16.245	(21.488)	-	-	(57.683)
Total	16.989	26.264	-	(21.488)	249	22.014	

Composição dos valores – Passivo de Arrendamento

	31/12/2023						
	Passivo	Circulante</th					

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**b) Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA:**

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil e ao Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil, estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual menor ou igual a 3,0 e a captação com Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil está contratualmente vinculado ao índice Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade ao índice ser menor ou igual a 3,0.

Abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/12/2023:

Dívida Líquida sobre o EBITDA (<=3,00 e 2,5)		31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+ 168.455	
Tributos a Recolher - Circulante	+ 45.877	
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+ 545.081	
Tributos a Recolher - Não Circulante	+ 68.245	
(-) Impostos sobre Convergência	+ (67.947)	
Passivo	(C) =	759.711
Disponibilidades	+ 248.579	
Aplicações financeiras de longo prazo	+ 564	
Disponibilidades e Aplicações financeiras	(D) = 249.143	
Dívida líquida	(E) = (C-D) = 510.568	
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses)	(F) = 322.814	
Dívida líquida / EBITDA →	(E/F) 1,58	

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2025	166.875	132.932
2026	144.923	120.003
2027	74.719	97.388
2028	158.564	162.495
	545.081	512.818

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

17. FORNECEDORES**Política Contábil:**

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

Composição dos valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedor de energia elétrica	92.225	66.453
Prestadores de serviços	(a) 62.620	56.430
Empreiteiros de obras	(b) 26.155	20.907
Fornecedores de materiais	(c) 17.031	19.556
Outros	(d) 28.266	33.842
	226.297	197.188

a) Corresponde, principalmente, à prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometria, corte e religação;

b) Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;

c) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;

d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

18. PASSIVO FISCAL**Política contábil:**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa. Diante do exposto, segue a composição dos valores relativos aos tributos correntes e diferidos:

Composição dos valores:

	31/12/2023	31/12/2022
	Não Circulante	Não Circulante
Tributos próprios		
Corrente:		
COFINS e PIS	7.885	- 7.368
CSLL	18.566	- 7.410
Outros tributos a recolher	54	- 123
Parcelamento - Outros	- 298	- 298
	26.505	298
	14.901	298
Tributos retidos de terceiros		
Corrente:		
IRRF	4.279	- 5.105
Contribuições sociais (PIS/CO-FINS/CSLL)	2.339	- 1.737
ISS	2.602	- 2.821
INSS	2.414	- 3.936
Outros tributos a recolher	89	- 38
	11.723	- 13.637
	38.228	298
	28.538	298
Passivo fiscal - corrente		

Tributos próprios			
Diferido:			
PIS	1.326	-	1.326
COFINS	6.323	-	6.323
CSLL	-	67.946	- 56.081
Passivo fiscal - diferido	7.649	67.946	7.649
Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido	45.877	68.244	36.187
			56.379

Ademais, o montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 75.107 (R\$ 19.137 em 31/12/2022).

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**Plano de Aposentadoria – COMPESAPREV****Plano de Benefício Definido (BD)**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nessa Nota Expositiva.

A Companhia é patrocinadora da Fundação Compesa de Previdência e Assistência – COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar em questão é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (Compesa), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano.

Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo do benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade suplementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito os empregados da Compesa enquanto segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SNPS).

Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

Suplementação de aposentadoria por invalidez

Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integralize o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real do benefício, os participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

Suplementação de aposentadoria por idade

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício.

Suplementação de aposentadoria especial

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 de 20% do sal

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**Contribuições dos participantes**

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- B% (B por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% / C% / D%, vigentes em 31/12/2023, são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para os participantes ativos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%).

Contribuição da entidade patrocinadora

Desde janeiro de 2017, a Patrocinadora COMPESA não realiza mais contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de Benefício Definido da CompesaPrev como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência da contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais carregadas e recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos e Assistidos do Plano.

Rendimentos financeiros

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao estabelecido na legislação vigente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

De acordo com suas demonstrações contábeis, a COMPESAPREV, em 31 de dezembro de 2023, apresenta um Déficit técnico acumulado de R\$ 10.250 (déficit técnico acumulado de R\$ 50.150 em 2022), equivalente a 0,9070131% (2,44691% em 2022) do ativo líquido. Estas mesmas demonstrações contábeis, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Compesa, apresentam as seguintes informações adicionais:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de benefícios concedidos	722.756	657.998
Provisão de benefícios a conceder	417.618	448.299
Exigível atuarial	1.140.374	1.106.297
(Déficit)/Superávit técnico	(10.250)	(50.150)
Ativo líquido do plano	1.130.124	1.056.147

Em 31 de dezembro de 2023, o valor apurado pela COMPESAPREV (positivo) referente a ajuste dos ativos foi de R\$ 123.216 (R\$ 120.406 em 2022). O aumento do valor da obrigação de preificação se deu pela aquisição de novos títulos públicos ocorrida em 2023 e, considerando o ajuste de preificação, o Plano apresenta um Superávit Técnico Ajustado de R\$ 112.966 (R\$ 70.256 em 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
(Déficit)/Superávit técnico	(10.250)	(50.150)
Ajuste de preificação	123.216	120.406
Superávit Técnico Ajustado	112.966	70.256

No exercício de 2023, a Companhia repassou à COMPESAPREV R\$ 12.850 (R\$ 11.897 em 2022) a título de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2023, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 1.070.768 (R\$ 965.877 em 2022) e o valor justo dos ativos em R\$ 1.205.790 (R\$ 1.068.710 em 2022), resultando em um Ativo Líquido de R\$ 135.022 (R\$ 102.834 em 2022) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

Varição do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano:

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações - Saldo inicial	965.877	957.192
Custos do serviço corrente	14.566	15.118
Juros sobre o valor presente das obrigações	98.098	90.349
Ganhos atuariais	59.380	(36.827)
Benefícios pagos	(67.153)	(59.955)
Valor presente das obrigações - Saldo final	1.070.768	965.877

Variação no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo dos ativos do plano saldo inicial	1.068.711	1.041.537
Contribuição do empregador	11.209	21.486
Contribuição do empregado	8.971	7.800
Retorno obtido pelos ativos do plano	109.149	99.164
Perdas/ (ganhos) atuariais	74.903	(41.322)
Benefícios pagos	(67.153)	(59.955)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.205.790	1.068.710
Ativo/Passivo da patrocinadora	(135.022)	(102.834)

No exercício de 2023, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela Compesa em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

Posição do passivo (ativo) do plano:

	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo do ativo do Plano	(1.205.790)	(1.068.711)
Valor presente da obrigação vencida	722.529	618.931
Valor presente da obrigação a vencer	348.239	346.946
Valor líquido das obrigações	1.070.768	965.877
Ativo/Passivo para a patrocinadora	(135.022)	(102.834)

Aspectos:

- a) Considerando a necessidade da Compesa em proceder ao reconhecimento do Passivo Líquido relacionado ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV;
 - b) Considerando que o Patrimônio do Benefício Definido é segregado do Patrimônio da Compesa;
 - c) Considerando que a Compesa é a única Patrocinadora responsável pelo Plano de Benefício Definido patrocinado por ela a junto à COMPESAPREV.
- Verifica-se que o Passivo Líquido de R\$ (135.022) a ser reconhecido em 31/12/2023 relativo ao Plano Previdenciário do tipo Benefício Definido patrocinado pela Compesa junto à COMPESAPREV, por ser negativo, corresponde a um Ativo Líquido.
- No entanto, considerando que, na Avaliação Atuarial elaborada em conformidade com as Normas da Superintendência da Previdência Complementar – PREVIC, a situação atuarial desse Benefício Definido patrocinado pela Compesa para seus empregados e ex-empregados participantes do Plano apresentava um déficit Técnico Contábil em 31/12/2023, de R\$ (10.250), esse Passivo Líquido de R\$ (135.022) corresponde a um Ativo Líquido que não é possível de ser reconhecido pela empresa patrocinadora.

Cálculo da estimativa do custo esperado:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos do serviço corrente	17.115	14.566
Custos dos juros	(13.134)	(11.050)
Contribuição esperada	(7.041)	(8.971)
Receita estimada esperada	(3.060)	(5.455)

Em 2023, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano	(215.158)	(190.339)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	11,92%	11,10%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(25.647)	(21.128)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(8.275)	(7.321)
(+) Benefícios pagos no ano	13.471	10.260
Perda atuarial do exercício	(31.703)	(6.630)
Obrigação total no exercício	(267.312)	(215.158)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	17.690	20.175
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	11,92%	11,10%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	2.109	2.239
(+) Contribuição da Patrocinadora	7.531	7.698
(-) Benefícios pagos no exercício	(13.471)	(10.260)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(2.553)	(2.162)
Valor justo dos ativos no exercício	11.306	17.690
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Ganho/ (perda) atuarial no exercício	(31.703)	(6.630)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(2.553)	(2.162)
Apuração do resultado do exercício	(34.256)	(8.792)
Passivo a reconhecer no exercício	(256.006)	(197.468)

Premissas atuariais utilizadas:**Bases técnicas e biométricas**

- a) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 (diferenciada para Homens e Mulheres);
- b) Tábua de Entrada em Inválidos: Álvaro Vindas;
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Male
- d) Taxa de Desconto da avaliação de 2022 = 11,92% a.a.;
- e) Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2022 = 11,92% a.a.;
- f) Taxa de Inflação da avaliação de 2022 = 5,79% a.a.;
- g) Crescimento real dos custos médicos em 2022 = 3,00% a.a.;
- h) Taxa de Rotatividade em 2022 = não adotada;
- i) Taxa de Desconto da avaliação de 2023 = 9,19% a.a.;
- j) Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2022 = 9,19% a.a.;
- k) Taxa de Inflação da avaliação de 2023 = 3,81% a.a.;
- l) Crescimento real dos custos médicos em 2023 = 3,00% a.a.;
- m) Taxa de Rotatividade em 2023 = não adotada;
- n) Duration calculada em 2023 = 13,19 anos;
- o) Regime de Capitalização para todos os benefícios;
- p) Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

Tabelas utilizadas:

- a) COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;
- b) Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores;
- c) Medicamentos: BRASÍNDICE - preço de fábrica com acréscimo negociado diretamente com os prestadores;
- d) Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM): edição/2010, com valores de Consultas Médicas, SADT's e demais procedimentos acordados entre a operadora e os prestadores de serviço.

Taxas de utilização dos procedimentos assistencia

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

• MODALIDADE C: valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo, exclusivamente, ao contrato mantido com a Compesa.

b) Pagamento do prêmio no valor de 20% (vinte por cento) do saldo depositado pela Compesa na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para os empregados que já se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento anteriores e desistiram.

Em abril de 2023, a Companhia abriu novas inscrições para o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário. Estiveram aptos a aderir ao Plano os empregados que tinham no mínimo 05 (cinco) anos de vínculo empregatício com a Companhia na data da inscrição. O término do período de inscrição foi em 17 de maio de 2023 e foram inscritos 133 colaboradores, com a saída do último grupo de desligados em 05/06/23.

Pecúlio por Morte e Invalides

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalides, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte accidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira(o); iv) 100% em caso de morte accidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se regista de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

Premissas atuariais utilizadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de descontos	9,54% ao ano (5,33% acima da Inflação Projetada).	10,36% ao ano (6,12% acima da Inflação Projetada).
Taxa de rendimentos esperada sobre o valor justo do ativo	Não aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de crescimento salarial	No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,04% ao ano, (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência da componente Produtividade Geral); e	No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,04% ao ano, (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência da componente Produtividade Geral); e
Taxa de Rendimentos do FGTS	No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,30% (1,25% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência da componente Mérito Pessoal).	No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,30% (1,25% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência da componente Mérito Pessoal).
Inflação Projetada	4,0% ao ano.	4,0% ao ano.
Rotatividade	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.
Tábua Geral de Mortalidade	qx da AT 2000 (masculina).	qx da AT 2000(masculina).
Tábua de Entrada em Invalides	ix da tábua de Entrada em Invalides Álvaro Vindas	ix da tábua de Entrada em Invalides Álvaro Vindas
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte)	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA juntamente à CompesaPrev,	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV

Status de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	71.894	66.742
Status de cobertura: (superávit)	73.863	71.894
Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do exercício	73.863	71.894
Custos esperados pós-emprego	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	3.913	3.913
Custo dos juros	6.770	6.769
Custo esperado estimado para o próximo ano	10.683	10.682
Valor presente das obrigações	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações no início do período	71.894	66.742
Custos dos serviços correntes	3.913	3.682
Juros sobre o valor presente das obrigações	6.770	5.861
(Perdas)/ganhos atuariais	6.903	(1.437)
Benefícios pagos	(15.617)	(2.954)
Aposentados	-	-
Valor presente das obrigações no final do período	73.863	71.894

Nos exercícios de 2023 e 2022, os passivos líquidos, nos valores respectivos de R\$ 73.863 e R\$ 71.894, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego.

Posição do benefício a empregados em dezembro de 2023 e dezembro de 2022:

Benefícios a empregados	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo do ativo do plano	(1.205.790)	(1.068.711)
Valor líquido das obrigações	1.070.768	965.877
Plano de Previdência COMPESAPREV	(135.022)	(102.834)
Valor do Ativo/passivo do plano	(135.022)	(102.834)
Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV	-	-
Valor presente das obrigações	267.312	215.158
Valor justo dos ativos	(11.306)	(17.690)
Plano de assistência COMPESASAÚDE	256.006	197.468
Valor presente das obrigações anterior	71.894	66.742
Custos dos serviços correntes	3.913	3.682
Juros sobre as obrigações	6.770	5.861
Perdas e ganhos atuariais	6.903	(1.437)
Benefícios pagos	(15.617)	(2.954)
Aposentados	-	-
Benefício Pós-emprego (PIA)	73.863	71.894
Total	329.869	269.362

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Periodo:
12/2023
(em Milhares de R\$)

Ações nominativas sem valor nominal	Ordinárias	
Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	202.971.393	7.468.746
Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
Total	202.971.393	7.468.746

Preferenciais	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	-
Sudene	70.951	3.036
Ad Diper	5.311	227
Pref.Mun.de Olinda	3.411	146
Pref.Mun.de Gravatá	955	41
Codevasf	741	32
Outros(**)	4.809	206
Total	86.184	3.688

Total	Qtd	Valor (R\$)
Acionistas	202.971.393	7.468.746
Sudene	70.951	3.036
Ad Diper	5.311	227
Pref.Mun.de Olinda	3.411	146
Pref.Mun.de Gravatá	955	41
Codevasf	741	32
Outros(**)	4.809	206
Total	203.057.577	7.472.434

(em Milhares de R\$)	Ações nominativas sem valor nominal	
Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	189.962.966	6.979.103
Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
Total	189.962.966	6.979.103

Preferenciais	Qtd	Valor (R\$)

<tbl_r cells="3" ix="3" maxcspan="1" maxrspan="

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**

Movimentação AFAC	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial de adiantamento	445.930	328.396
Quantidade de ações	12.121	8.926
Adiantamento no período/exercício	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.159	12.121
Incorporação ao capital social	445.930	328.396
Quantidade de ações	11.854	8.926
Saldo final de adiantamentos	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.427	12.121

Até 31/12/2023, foi recebido adiantamento do Estado de Pernambuco, mediante empréstimo, no valor de R\$ 231.707 (R\$ 445.930 em 31/12/2022) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 231.707 (R\$ 445.930 em 31/12/2022).

c) Reservas de Lucros

No exercício de 2023, a Companhia constituiu reservas de lucro de acordo com a Lei das S/A (6.404/1976) e seu estatuto social, capítulo VII. A seguir apresentam-se os valores contabilizados:

Distribuição do Lucro	31/12/2023
Lucro do exercício	90.709
Lucro a distribuir	90.709
Juros s/ capital próprio - JCP (i)	(19.810)
Reserva legal 5% (ii)	(4.535)
Reserva p/ aumento capital 10% (iii)	(9.071)
Dividendo adicional proposto	57.293
Participação - Estado PE	99,95%
Participação - Outros	0,05%
	25

i. Nota Técnica: Juros sobre Capital Próprio poderão ser atribuído como dividendo mínimo.

ii. Art. 43 do Estatuto: Reserva Legal = (Lucro a distribuir: 5%)

iii. Art. 43 do Estatuto: Reserva para Aumento de Capital = (Lucro a distribuir: 10%)

d) Remuneração aos Acionistas

A Companhia mantém no Passivo Não Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram 160.472 (R\$ 145.004 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o JCP apurado totalizou R\$ 19.810 (R\$ 15.475 em 2022), sendo R\$ 19.802 (R\$ 15.468 em 2022) a ser pago ao Estado de Pernambuco e R\$ 8 (R\$ 8 em 2022) a ser pago aos acionistas minoritários. O crédito dos acionistas minoritários foi adicionado ao saldo inicial totalizou R\$ 245 (R\$ 237 em 2022).

O saldo final de JCP apresentado no Passivo Circulante foi de R\$ 20.047 (R\$ 15.705 em 2022), conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
	Não circulante	Não circulante
Circulante	19.802	160.472
Acionista Majoritário (PE)	15.468	145.004
Acionistas Minoritários	245	-
Total	20.047	160.472
	15.705	145.004

e) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravatá, Vitoria Santo Antônio, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Caripina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exu, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Maraial, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barras de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Igaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânia e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

25. RECEITAS OPERACIONAIS**Política contábil:**

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

Composição das receitas operacionais:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita de Venda		
Serviços de abastecimento de água	1.820.692	1.656.310
Serviços de esgotamento sanitário	614.941	524.929
Serviços de construção (a)	494.474	974.029
	2.930.107	3.155.268
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(87.832)	(78.255)
Cancelamentos	(19.843)	(17.193)
	(107.675)	(95.447)
Total	2.822.432	3.059.820

a) Em 31 de dezembro de 2023, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 258.987 (R\$ 588.296 em 31/12/2022), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 235.487 (R\$ 385.733 em 31/12/2022) totalizando 494.474 (R\$ 974.029 em 31/12/2022).

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Pessoal	(305.205)	(309.115)
Energia elétrica	(346.069)	(337.555)
Serviços de terceiros	(517.609)	(542.278)
Materiais	(32.981)	(33.474)
Produtos químicos	(163.525)	(104.002)
Depreciação e Amortização	(102.775)	(84.509)
Despesas gerais	(38.339)	(39.937)
Custo de construção	(494.474)	(974.029)
Total	(2.000.977)	(2.424.899)

Em atendimento ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/12/2023, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

27. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, TRIBUTOS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

a) Despesa Comercial:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Perdas por créditos não liquidados	(203.668)	(107.146)
Serviços de terceiros	(46.296)	(47.398)
Pessoal	(24.875)	(35.128)
Energia elétrica	(440)	(599)
Depreciação e amortização	(533)	(677)
Despesas gerais	(231)	(94)
Materiais	(98)	(192)
Total	(276.141)	(191.234)

b) Despesa Administrativa:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Pessoal	(112.853)	(102.443)
Despesas gerais (a)	(110.408)	(58.405)
Serviços de terceiros	(91.856)	(110.109)
Depreciação e amortização	(14.185)	(8.300)
Energia elétrica	(2.111)	(2.042)
Materiais	(943)	(6.583)
Total	(332.356)	(287.882)

(a) Em 2023 as contas contábeis de despesa com combustíveis e despesa com serviço de arrecadação foram reclassificadas para o grupo de Despesas Gerais. Em 2022 essas despesas eram apresentadas nos grupos de Materiais e Serviços de terceiros, respectivamente.

c) Despesa Tributária:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
</

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 17 de abril de 2024, presidida pelo Conselheiro **Celso Luiz Agra de Sá**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: 1) **Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2023**; por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e chancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as

posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos e encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. 2) **Deliberar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP**; Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 19.810.042,72 (dezenove milhões, oitocentos e dez mil, quarenta e dois reais e setenta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 57.292.448,45 (cinquenta

e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 17 de abril de 2024.

Celso Luiz Agra de Sá - Presidente

Gabriela Guerra de Queiroz - Membro Titular

Igor Fontes Cadena - Membro Titular

Isabella Rayanne Miguel - Membro Titular

Waldenia Agny Torres de Lucena - Membro Titular

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 16 de abril de 2024, presidida pelo Coordenador Sr. Ronaldo Vieira de Queiroz, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Examinar e opinar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2023; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e chancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos

e seu encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. II) Examinar e opinar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 19.810.042,72 (dezenove milhões, oitocentos e dez mil, quarenta e dois reais e setenta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, com relação ao pagamento, opinaram que se dê em respeito e forma previstos no orçamento para 2024, sem prejuízo de ajustar valores e formas de pagamento no decorrer do exercício de 2024. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 57.292.448,45 (cinquenta e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) ao

Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 16 de abril de 2024.

Ronaldo Vieira de Queiroz

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Wattsa Dannyela Souza de Jesus - Membro Efetivo

Sérgio Longman - Membro Efetivo

DIRETORIA	
Diretor Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Diretor de Inovação e Eficiência	NILO OTAVIANO DA SILVA FILHO
Diretor Regional Metropolitano	FLÁVIO COUTINHO CAVALCANTE
Diretor Regional Sertão	GUILHERME DUARTE FREIRE
Diretor Regional Agreste e Matas	IGOR DE OLIVEIRA GALINDO
Diretora de Gestão Corporativa	ROSANE NUNES PATARRA
Diretor de Mercado e Parcerias	RICARDO ANTONIO TORRES RODRIGUES
Diretor de Empreendimentos e Sustentabilidade	DOUGLAS BALDUÍNO GUEDES DA NÓBREGA



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	JOSÉ ALMIR CIRILO
Vice-Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Membros Efetivos	MARCELO CAUÁS ASFORA ANA LUIZA GONÇALVES FERREIRA HUMBERTO CORREIA LIMA JÚNIOR JOÃO VICTOR FALCÃO DE ANDRADE JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS JOSÉ EDSON GALDINO JOSÉ PEREIRA SOUSA RUBENS RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR ULISSES VALERIANO FRANCISCO DE SOUSA

CONSELHO FISCAL	
Presidente	CELSO LUIZ AGRA DE SÁ
Membros Efetivos	
	GABRIELA GUERRA DE QUEIROZ
	IGOR FONTES CADENA
	ISABELLA RAYANNE MIGUEL
	WALDENIA AGNY TORRES DE LUCENA
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador	RONALDO VIEIRA DE QUEIROZ
Membros Efetivos	
	WATTSA DANNYELA SOUZA DE JESUS
	SÉRGIO LONGMAN
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Contadora	CAROLINA ARAUJO ESTEVAM GRIJP CRC-PE 022.279/O-8

Publicidade Legal – 22 de abril de 2024 - COMPESA - BALANÇO pdf
Código do documento d6c6311a-6895-4666-9b20-b6aa5611dc60



Assinaturas



EDITORIA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

19 Apr 2024, 22:04:18

Documento d6c6311a-6895-4666-9b20-b6aa5611dc60 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-19T22:04:18-03:00

19 Apr 2024, 22:04:30

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-19T22:04:30-03:00

19 Apr 2024, 22:04:42

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.212.246.101 (186.212.246.101.static.host.gvt.net.br porta: 10444). Dados do Certificado: CN=EDITORIA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-04-19T22:04:42-03:00

Hash do documento original

(SHA256):736f5f35732632e681b40d7d0d7b7a6cf275321250a962cda32b38b10fe8a924
(SHA512):010fdfcf65c079172f773172cebe8ad8dfcf87f7edd753d2f5343fa456cca19799ec873ad5ce641672d8920f60448979e88bfcf86d59ac0887a47d5ec5feb62f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign